

João Antonio de Paula



História revista e passada a limpo

Enquanto instrumento de Estado, os arquivos servem tanto à dimensão político-administrativa quanto à científica e educacional, como se pode constatar na trajetória do Arquivo Público Mineiro e de sua revista, que cumprem função reveladora de aspectos decisivos da vida política e cultural de Minas Gerais.

> Em janeiro de 1781, Jacques Necker (1732-1804), o grande financista genebrino, ministro de Luís XVI, faz publicar a *Compte Rendu au Roi*, em que, pela primeira vez, na França, publicizou-se o orçamento nacional. Para Habermas, esse é um dos episódios fundantes da esfera pública burguesa naquele país. Em maio de 1781, Necker, entre outras razões pela publicação do orçamento, perdeu o ministério por vontade do rei. Contudo, esse gesto já não foi a simples e rotineira reiteração das prerrogativas do poder absolutista, mas a frustrada tentativa de reagir ao que já se vinha impondo desde meados do século. Diz Habermas:

Na primeira metade do século, apesar de Montesquieu, a crítica dos “filósofos” ocupa-se preferencialmente de religião, literatura e arte; só no estágio de sua publicação enciclopedista é que, ao menos indiretamente, a intenção mor de todos os filósofos evolui para uma intencionalidade política. A *Encyclopédie* propôs-se a ser um empreendimento publicitário em grande estilo. Mais tarde Robespierre pode festejá-la como “capítulo introdutório da Revolução” [...]. Desde o *Compte Rendu* de Necker, esta esfera pública só podia ainda ser, em sua função política, reprimida, mas não propriamente tornada ineficaz.¹

Separar as finanças públicas do tesouro do soberano foi uma das mais decisivas características do Estado moderno, o que garantiu o apoio e a legitimidade iniciais, essenciais para sua afirmação. Tanto a separação entre o tesouro do monarca e o do Estado quanto a promessa de paz e segurança estão na base da imposição da legitimidade do Estado moderno, de sua longa dominação até o nosso tempo. Por outro lado, dar publicidade, tornar transparentes as finanças públicas é capítulo de uma posterior e dupla transformação: a imposição do Estado burguês, em sua forma liberal-democrática, e a criação de uma esfera pública burgue-

sa, que, reconhecendo a legitimidade dos interesses de Estado, afirma também os direitos individuais e coletivos.

Foi Jacob Burckhardt (1818-1897), em seu livro clássico sobre o Renascimento italiano², quem mostrou que o indivíduo, seus direitos e interesses individuais pressupõem a existência do Estado. Qualquer que seja a definição que se lhe dê, como “monopólio legítimo da violência”, como quer Max Weber³, o Estado, na modernidade, tanto promete a paz e a segurança públicas quanto busca garantir os direitos dos indivíduos.

Assim, falar do Estado moderno, de sua progressiva imposição, da amplitude e profundidade do seu domínio é, por um lado, falar de coerção e violência e, por outro, da afirmação de direitos: do direito à vida, à liberdade e à propriedade, como quer John Locke (1632-1704)⁴; ou do direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade, como os viu Thomas Jefferson (1743-1826)⁵, em chave rousseauiana.

Quem fala em Estado fala em direitos, quem fala em direitos fala em instrumentos legitimadores, confirmadores desses direitos, daí que o seu exercício, na modernidade, convoque, necessariamente, a documentação legítima, chanceladora de quaisquer direitos. Desse modo, tanto para o pleno exercício das funções do Estado como para o exercício de direitos, que se tem ou que se presume ter, torna-se indispensável a conservação de documentação comprobatória. Nisso, tanto pela origem quanto pela centralidade – seja para a administração pública ou privada, seja para a pesquisa histórica e científica, seja como instrumento que afirma identidades, vivificando a memória – o arquivo atua como instrumento de confirmação de direitos, como instrumento técnico-administrativo.

É de Robert-Henri Bautier o trecho seguinte, que surpreende o surgimento e o sentido dos arquivos na Europa moderna. Diz Bautier:

É, portanto, a partir do século XII, com as novas práticas jurídicas, que vai se desenvolver uma nova concepção de arquivo que dominará a Europa inteira até o século XVI; este é o período caracterizado pelos “cartulários” ou “coleções de cartulários”. Cada soberano, cada grande senhor, leigo ou eclesiástico, organizará seus arquivos em locais especiais, em relação estreita com as suas chancelarias ou capelas, onde são conservados em pergaminho os documentos e títulos fundamentais de seus domínios e direitos: privilégios pontificiais, contratos de casamento e testamentos, tratados, atos de homenagem e investidura, reconhecimentos dominiais, certificados de direitos e, enfim, devassas e cálculos, todos os documentos aos quais se pudesse recorrer para informação ou prova.⁶

É ocioso registrar que a importância dos arquivos será tanto maior quanto mais complexo e amplo o que ele quer registrar. Assim, não surpreende que seja na Espanha de Felipe II, naquele Império “onde o sol nunca se punha”, que tenha sido criado o primeiro grande arquivo da modernidade. Em 1567, no castelo real de Simancas, perto de Valladolid, foi recolhida:

A “Coleção de cartulários” de Castela [que] abrange a documentação acumulada nos diversos Conselhos reais, na Corte e nas administrações dominiais. O decreto sobre o depósito da documentação é o primeiro regulamento da moderna arquivística e terá uma profunda influência nos domínios dos Habsburgos na Itália e em Portugal.⁷

Os arquivos públicos são instrumentos de Estado, refletem seus interesses e circunstâncias e, neste sentido, são, tanto quanto o próprio Estado, realidades históri-

cas. Se os arquivos franceses, durante o Antigo Regime, sancionaram-no, com a Revolução Francesa os arquivos do Estado tornaram-se “arquivos da nação” e transformaram-se:

Os arquivos, atinentes à nação, devem ser colocados à disposição de todos os cidadãos.

Ao contrário disto, o princípio da publicização dos arquivos foi substituído pelo princípio do segredo de Estado, que vai se generalizar a partir daí.⁸

Nesse sentido, não será equívoco tomar as vicissitudes da história dos arquivos públicos como aproximações tanto do processo de modernização institucional do Estado quanto do processo de afirmação da esfera pública e do desenvolvimento da pesquisa histórica. Neste artigo, tomar-se-ão as vicissitudes históricas do Arquivo Público Mineiro (APM), criado em 1895, e de sua revista, criada em 1896, como reveladoras de aspectos decisivos da vida política e cultural de Minas Gerais.

Vicissitudes da modernização

O Arquivo Público Mineiro foi criado pela Lei n. 126, de 11 de julho de 1895. Em 19 de setembro do mesmo ano baixou-se o Decreto n. 860, que promulgou o Regulamento do Arquivo. Ambos os diplomas foram sancionados pelo presidente do Estado Crispim Jacques Bias Fortes, ficando o órgão recém-criado subordinado à Secretaria do Interior, que tinha então como titular Henrique Augusto de Oliveira Diniz, sendo diretor da mesma Secretaria Raymundo Mota Corrêa, poeta parnasiano. Este permanecia então em Minas Gerais, mesmo depois de encerrado o governo Floriano Peixoto, a quem fizera oposição e do qual sofrera perseguição.

O projeto de criação do APM fora apresentado à Câmara dos Deputados do Congresso Mineiro pelo então deputado Levindo Ferreira Lopes, em 24 de



MINAS

GERAES

CLUB LITTERARIO E PROGRESSISTA

Matricula n. 127

ARTES

CARDADE

Pelo presente Diploma é considerada socia Honoraria
do Club **CLUB LITTERARIO E PROGRESSISTA** a Exma
Redacção da Revista do Archivo Publico ficando de todas as preroga-
tivas que os estatutos concedem.

Sant' Anna de S. João Acima, 10 de Setembro de 1896

THEZOUREIRO

PREZIDENTE

SECRETARIO

Virgilio Aguiar

Américo Aguiar

Augusto Borges

ORADOR

VICE-PREZIDENTE

PROCURADOR

Dionísio Octávio Xavier

Leocadio Costa Coelho

Joaquim Azeiteiro

Typ. A. Martins - Hospicio 25. - Rio

910/0

junho de 1894. O primeiro diretor do Arquivo foi o jornalista e político mineiro, nascido em Campanha, José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900), que pertenceu à corrente modernizante de Minas Gerais. Tendo sido monarquista, buscou, no novo regime, dar continuidade a um programa de reformas industrializantes e modernizantes à luz do ideário liberal.

Em 1890 foi criada, em Ouro Preto, a Sociedade de Geografia Econômica, que teve entre seus fundadores Henrique Gorceix, Antônio Olinto dos Santos Pires, Levindo Ferreira Lopes, Domingos da Silva Porto, Francisco Luís da Veiga, Edmundo da Veiga, Pedro José da Silva, Joaquim Cândido da Costa Sena, Carlos Gabriel de Andrade – barão de Saramenha –, Lindolfo de Assis, Modesto de Faria Belo, F. J. Mallard e José Pedro Xavier da Veiga.⁹

Entre esses nomes estão monarquistas, como o próprio Xavier da Veiga, e republicanos históricos como Antônio Olinto dos Santos Pires. Entre eles também nomes de destaque da Escola de Minas: seu fundador, Claude-Henri de Gorceix, e os professores Antônio Olinto dos Santos Pires e Joaquim Cândido da Costa Sena. Juntam-se a eles jornalistas, políticos, advogados, engenheiros, empresários – representantes ilustrados das elites modernizantes de Minas Gerais. As finalidades da Sociedade de Geografia Econômica eram “promover e auxiliar o desenvolvimento do comércio, da indústria e da imigração no Estado de Minas Gerais”.

Membro fundador dessa Sociedade, Xavier da Veiga noticiou sua fundação em seu jornal, *A Ordem*, em 18 de janeiro de 1890. Antes mesmo de informar a criação da Sociedade, manifestará sua acomodação à nova ordem jurídica: “[...] Não se pode festejar a República, mas tal regime deve ser respeitado. Com a República novos direitos foram criados assim como

novos deveres. Um dos deveres é o trabalho para o desenvolvimento e o progresso do país.”¹⁰ É como parte desse projeto de construção da nação, de sua prosperidade e do seu progresso que deve ser considerada a fundação do Arquivo Público Mineiro. Tanto o autor do projeto de lei, que resultou em sua criação, o deputado Levindo Ferreira Lopes, quanto o seu primeiro e decisivo diretor, José Pedro Xavier da Veiga, foram membros fundadores da Sociedade de Geografia Econômica.

Relevantes serviços prestou e tem prestado o Arquivo Público Mineiro, e da mais variada natureza: auxílio à pesquisa histórica, auxílio à confirmação de direitos individuais e coletivos, auxílio à administração pública. Tantas e tais funções tem exercido que é o caso de ver o APM tanto como órgão de Estado quanto como instituição relevante da esfera pública regional, para além de sua função estatal. Seja como instituição estatal, seja como componente da esfera pública, o APM reproduz em seu itinerário as vicissitudes do nosso desenvolvimento político e cultural, suas precariedades e déficits, seus impasses e virtualidades.

É lugar comum, e justo reconhecimento, falar-se do papel extraordinário de José Pedro Xavier da Veiga na criação, instalação e desenvolvimento do APM, de que foi diretor entre 1895 e 1900, quando faleceu. Foi em sua casa que primeiro se instalou o Arquivo. Parte significativa de seu acervo inicial resultou de doação de seu primeiro diretor. *A Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, criada em 1896, durante sua gestão, teve momentos de excepcional qualidade.

Se é de justiça reconhecer o papel que indivíduos excepcionais tiveram, e têm, na vida de instituições públicas, é que não raro esses indivíduos excepcionais se notabilizam por tentarem minorar, corrigir distorções e precariedades decorrentes da incúria ou impropriedade de atos e

políticas da administração pública.

Saudado com entusiasmo quando criado, elogiado pelos serviços que prestava em seus primeiros anos de vida, o APM experimentará, ao longo de sua história, uma série de dificuldades que não são exclusivas dele, mas que traduzem o lugar, quase sempre subalterno, a pequena prioridade que têm, junto a vários governos, as questões culturais e, ainda mais decisivamente, no caso do Arquivo, as questões referentes aos direitos da cidadania.

Itinerário de dificuldades

Veja-se a seqüência que traduz o itinerário de dificuldades que vão acompanhar a vida do Arquivo Público Mineiro. Em *Mensagem ao Congresso Mineiro*, em 1896, o presidente do Estado Chripim Jacques Bias Fortes assim referiu-se ao APM:

Acha-se já funcionando a Repartição Arquivo Público Mineiro, criada pela Lei nº 126, de 11 de julho de 1895. Está à frente de tão importante Repartição o distinto mineiro e esforçado servidor do Estado, o ex-Senador José Pedro Xavier da Veiga. Será dentro em pouco esta Repartição, já por natureza, já pela competência de seu ilustrado diretor, um dos mais importantes monumentos de nossa história política e social.¹¹

O mesmo presidente do Estado, em *Mensagem ao Congresso Mineiro*, em 1898, disse: “A Repartição do Arquivo Público Mineiro vai prestando ao Estado inestimáveis serviços, graças à competência, zelo e dedicação de seu ilustrado diretor”¹². Durante o governo Campos Salles (1898-1902), como é sabido, praticou-se no Brasil política econômica liberal ortodoxa. Essas práticas também chegaram a Minas

Gerais, marcando a presidência de Francisco Silvano de Almeida Brandão. Disse ele em sua *Mensagem ao Congresso Mineiro*, em 1899:

A situação financeira determinou o plano do meu governo: fazer severas economias, reduzindo as despesas públicas, seja cortando nas extraordinárias, seja suspendendo ou suprimindo serviços ordinários, adiáveis ou dispensáveis, com o fim de criar elementos necessários à amortização da dívida flutuante...¹³

Entre os cortes nas despesas mandados fazer então, suprimiu-se o cargo de amanuense do APM¹⁴. Mais tarde, em 1901, o próprio Arquivo foi paralisado. Veja-se o trecho de Aurélio Pires, que foi diretor do APM, em texto publicado em 1927:

Em fins de 1901, sofreu o Arquivo Público Mineiro uma paralisação temporária em sua atuação, devida às prementes condições financeiras em que, então, se debatia o Estado. O dec. nº 1479 (art. 2º) de 21 de setembro daquele ano (1901), o qual pos em execução a lei nº 318, de 16 do mesmo mês, na parte referente à Secretaria do Interior, anexou essa repartição àquela Secretaria e reduziu seu pessoal a dois funcionários, diretor e guarda do arquivo. [...] Em 1909, reatou este instituto o fio de suas tradições temporariamente interrompido pela angustiada crise referida. O regulamento aprovado pelo dec. nº 2492, de 30 de março desse ano, determinou, em seu art. 68, capítulo X, que o Arquivo Público Mineiro constitui-se, como dantes, uma diretoria separada no tocante à ordem e ao processo do serviço...¹⁵

A crise que afetou o Arquivo, de 1899 até 1909, não foi o último episódio problemático vivido pela Instituição. Em 1937, o diretor do APM, Arduíno Bolívar, apresentou à Secretaria do Interior relatório em

que expunha as precárias condições do Arquivo, tanto de suas instalações e mobiliário quanto das condições do acervo, ameaçado de irreversível deterioração pelas péssimas condições de conservação. Citem-se trechos do texto de Arduíno Bolívar:

Por motivos que não nos cabe explicar e que cõscio das nossas graves responsabilidades, não podemos e nem devemos omitir, são deveras precárias, confrangedoras e indifaráveis as condições do prédio em que se acha estabelecido o Arquivo: e isso não pode e nem deve ser atribuído aos meus predecessores na diretoria, todos eles perfeitamente conhecedores desse estado de coisas e invariavelmente empenhados em redimi-lo.¹⁶

Arduíno Bolívar reitera seu argumento citando trecho do próprio governador do Estado, Benedito Valadares, em sua mensagem à Assembléia Legislativa:

No que se refere ao Arquivo Público, cabe-me esclarecer que o projeto não atende somente às necessidades do público, senão às da própria conservação do riquíssimo acervo de documentos, livros e objetos de arte abrigados naquela repartição e em risco de destruição, devido às péssimas condições do prédio em que se acha, mal arejado e exíguo.¹⁷

Para não induzir a que se pense que as dificuldades do APM tenham ficado restritas aos seus primeiros tempos, traga-se a fala de Achiles Mitraud de Castro Leite, diretor do APM em 1990. Diz ele:

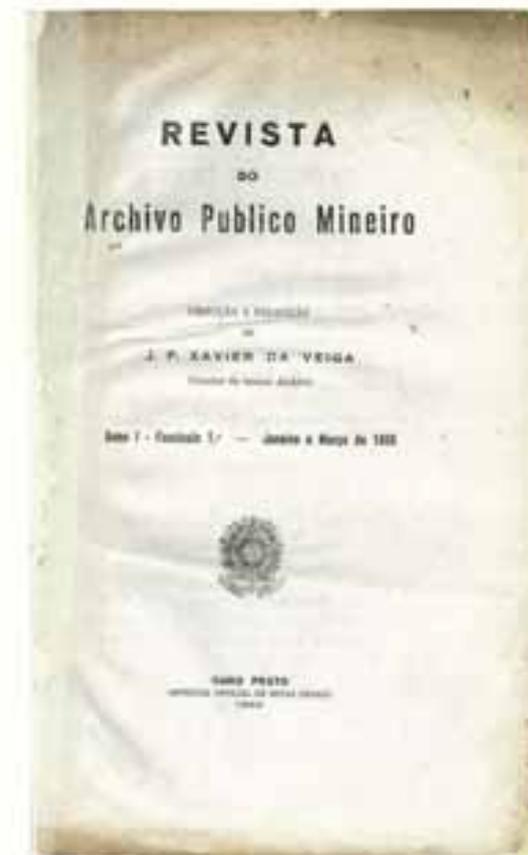
As dificuldades são de ordem material e de recursos humanos e financeiros, traduzidos na falta de instalações e pessoal especializado, de recursos financeiros para a preservação de uma documentação que exige cuidados especiais. [...] O Arquivo Público Mineiro estagnou há

quarenta anos. Voltou-se para si mesmo, na tarefa de organizar a documentação que recebeu dos séculos XVIII e XIX e o pouco que recolheu sobre o período republicano. Assim, com a falta de contato e de modernização, voltou-se para si mesmo e parou no tempo. Hoje, esse é um arquivo que não interage na administração pública. Chegou-se ao paradoxo de saber que é necessário interagir, sem ter as condições físicas, ou seja, edificação e recursos humanos e financeiros para dar início a essa interação. Assim, a documentação do século XX está a perder-se nos depósitos das secretarias de Estado.¹⁸

A fala algo desconsolada do então diretor do APM, em 1990, não destoa do que outros diretores, antes dele, disseram. Veja-se o que disse, em 1937, Arduíno Bolívar:

Não estamos carregando propositadamente as cores do quadro para impressionar. O que escrevemos é a pura realidade, embora a nossa linguagem se afigure distante dos estilos burocráticos; outro, porém, não pode ser o procedimento de quem, como nós, julga um dever imprescritível de lealdade para com os superiores hierárquicos inteirá-los das mínimas necessidades do serviço público, pois acreditamos que eles devem querer bem conhecer para bem prover.¹⁹

Isso foi escrito há 69 anos por um nome significativo da cultura mineira. Tanto ele quanto os outros, que o antecederam e o sucederam, fizeram do Arquivo Público Mineiro instituição exemplar em seu zelo pelo interesse público. Todos esses méritos, contudo, não podem impedir que se reconheçam os percalços e limitações vividas pela Instituição, resultantes da precariedade e constrangimentos de nosso desenvolvimento subdesenvolvido.



Primeiro fascículo da *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, janeiro a março de 1896.

A Revista

Entre os muitos e incanceláveis méritos do APM está a sua revista, que em 2006 completou 110 anos. É das mais antigas publicações brasileiras em circulação no campo da história. Mandada criar pela Lei n. 126, em seu artigo 8º, e regulamentada pelo capítulo IV do Decreto n. 860, que estabeleceu o Regulamento do APM, a *Revista do Arquivo* tinha propósitos amplos. Nela deveriam estar

insertos os escritos históricos, biográficos, estatísticos, topográficos, etc., [...] elaborar acerca dos acontecimentos, homens, coisas notáveis de Minas Gerais; os documentos (menos os reservados), notícias, composições literárias e memórias ou monografias interessantes sobre os mesmos assuntos inéditos ou não vulgarizados que houver no Arquivo, mandando para esse fim fazer as cópias ou extratos necessários; e bem assim os catálogos e índices dos livros e documentos do Arquivo que forem organizados na repartição; as referências de ofertas de livros, documentos, opúsculos, periódicos e outros objetos adequados à natureza da instituição; atos oficiais com relação a ela e quaisquer notas ou excertos consoantes aos seus fins.²⁰

A amplitude do que se exigia da *Revista* dá conta de uma concepção que guarda pertinência até hoje. Ao lado de transcrever documentação relevante, em variados campos, a *Revista do Arquivo Público Mineiro* (RAPM) também deveria elaborar catálogos e índices, isto é, deveria elaborar instrumentos essenciais à pesquisa histórica e mesmo atender aos interesses do direito privado, ao catalogar, por exemplo, as cartas de concessões de sesmarias.

Nesses 110 anos, a RAPM moveu-se no ritmo do conjunto da Instituição: houve momentos altos e os menos bons, houve mesmo várias e traumáticas interrupções de circulação. A publicação teve quatro fases. Arrisque-se uma periodização. A primeira fase, 1896-1913, compreende a etapa da presença de Xavier da Veiga (1896-1900) até 1913, período em que a *Revista* circulou sem interrupção, ainda que em meio a grandes dificuldades.

Entre 1914 e 1920 a RAPM deixou de circular. A segunda fase corresponde ao período que vai de 1921 a 1937, quando circulou de forma intermitente. A ter-

ceira fase corresponde à retomada da *Revista*, em 1975, e vai até 1995. Nesse período houve etapa de circulação ininterrupta, de 1975 a 1985, seguindo-se etapa de circulação intermitente. Finalmente, a quarta fase teve início em 2005, com a retomada da *Revista*, que não era editada desde 1998.

Registre-se, desde logo, que essas fases da *RAPM* caracterizam-se não só pela maior ou menor regularidade da circulação, correspondendo, de fato, a projetos editoriais distintos. Para uma visão geral da trajetória da publicação, veja-se o Quadro 1.²¹

Primeira fase

A primeira fase da *RAPM*, 1896-1913, caracterizou-se por dois grandes aspectos: de um lado, em que pese as dificuldades que vão advir a partir de 1899, a *Revista* manteve sua circulação ininterrupta e publicou, com certeza, o mais significativo do material sob sua guarda sobre a história de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Com efeito, a gestão de José Pedro Xavier da Veiga à frente do Arquivo e de sua revista, buscou, com perfeita dedicação, realizar o que estava na lei que criou o APM, que em seu artigo 8º mandava “escrever com exatidão e circunstanciado desenvolvimento: I) As efemérides sociais e políticas do Estado; II) A história ou crônica de Minas Gerais a começar da sua descoberta e primeiras explorações até o presente”.²²

Quanto ao primeiro objetivo, imposto pela lei, Xavier da Veiga desincumbiu-se dele com presteza, publicando, em 1897, *As Efemérides Mineiras (1664-1897)*, em quatro volumes, que ele vinha redigindo desde 1879. Com igual excelência, buscou fazer da *Revista do Arquivo Público Mineiro* fonte insubstituível para a história de Minas Gerais, seja pela transcrição de documentação oficial, seja pela publicação de documentos decisivos sobre o tema.

Mais do que disso, cuidou Xavier da Veiga à frente da *Revista*. Foi sua a iniciativa de publicar na *RAPM*, em 1896, o questionário elaborado, em 23 de junho de 1825, pela Secretaria da Província de Minas Gerais, comandada por Luiz Maria da Silva Pinto, e que constitui o mais abrangente inquérito estatístico-corográfico lançado em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.²³ Tanto o inquérito elaborado por Luiz Maria da Silva Pinto, em 1825, quanto a sua atualização realizada por Xavier da Veiga, em 1891, representam aportes significativos para a elaboração das estatísticas históricas de Minas Gerais.

Em 1932, o grande mestre da estatística brasileira, Mário Augusto Teixeira de Freitas, publicou artigo informadíssimo sobre a evolução das estatísticas em Minas Gerais, em que diz:

A cartografia estatística, ou seja, a esquematização dos dados estatísticos, é também de origem bastante remota na história mineira, constituindo-lhe, dentre os documentos antigos, o mais expressivo diploma, a adaptação do mapa de Eschwege, pelo operosíssimo Luiz Maria da Silva Pinto – que se poderia bem cognominar o pai da estatística geral mineira. [...] E sessenta e seis anos depois, em 1891, José Pedro Xavier da Veiga, digno émulo de Silva Pinto, como grande obreiro da administração, da estatística e da história e da geografia de Minas Gerais, iniciou a coleta de elementos para uma *Corografia Mineira*, ponto de partida para a organização de várias monografias municipais que foram publicadas na já citada *Revista do Arquivo Público Mineiro*.²⁴

Durante a primeira fase (1896-1913), a *Revista do Arquivo Público Mineiro* notabilizou-se por uma linha editorial que privilegiou três grandes temáticas: a) a

publicação de documentação oficial dos séculos XVIII e XIX; b) a publicação de documentos com valor significativo para a história de Minas Gerais; c) a publicação de memórias, estatísticas e corografias municipais. Entre a documentação oficial publicada destaca-se, pela ampla cobertura e significativo sentido de atendimento a direitos individuais, “a lista geral, e completa, dos nomes de todas as pessoas que obtiveram Cartas de Sesmarias, no Estado de Minas Gerais, desde 1710 a 1835”; que no *Índice Geral da RAPM* (1896-1913), elaborado por Feu de Carvalho, ocupa 180 de suas 315 páginas.²⁵

Destaque-se, também, nessa primeira fase da *RAPM* a preocupação em publicar catálogos e índices do material sob guarda do Arquivo. É o que se vê no volume único da *Revista*, publicado em 1907, e que circulou em 1908, que contém: 1) catálogo dos livros manuscritos pertencentes ao APM de 1701 a 1721; 2) classificação cronológica dos livros manuscritos pertencentes ao APM (Secção Capitania) de 1702-1821: 393 códices; 3) 2ª Secção (Província), de 1821-1870: 1396 códices; 4) relação dos jornais mineiros pertencentes à coleção do APM: 753 jornais.

Nos fascículos 1 e 2, volume 1, da *RAPM* de 1911, publicou-se a *Coleção Sumária das Leis, Cartas Régias, Avisos e Ordens* “que se acham nos Livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a títulos separados”, e a cópia extraída do *Livro de Ordens Régias de 1708 a 1788*, pertencentes ao APM.

Considerada em conjunto, a *RAPM*, desde o início, recusou-se a ser peça de antiquário, que satisfizesse apenas à erudição. Foi sempre instrumento utilíssimo para a pesquisa histórica, com inegáveis aspectos inovadores e modernizantes, como se vê no caso da atenção que deu à divulgação das estatísticas mineiras, sendo também importante

componente do que se poderia chamar de “esfera pública mineira”, ao publicar documentação pertinente à administração pública e aos direitos da cidadania.

Não menos significativa foi a importância da *RAPM* na publicação de documentos decisivos da história e sobre o ambiente natural de Minas Gerais e do Brasil. Na primeira fase da *Revista* foram publicados entre outros textos significativos:

- 1) “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”;²⁶
- 2) “Motins do Sertão e outras ocorrências em Minas Gerais durante o governo interino de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença”;²⁷
- 3) “Triunfo eucarístico”;²⁸
- 4) “Áureo trono episcopal”;²⁹
- 5) “Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais”;³⁰
- 6) “Exposição [do governador] sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo”;³¹
- 7) “Memória histórica da Capitania de Minas Gerais”;³²
- 8) “Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais”;³³
- 9) “Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais”;³⁴
- 10) “Informação da Capitania de Minas Gerais”;³⁵
- 11) “Carta aos Senhores eleitores da Província de Minas Gerais”;³⁶
- 12) “Memórias sobre a fauna paleontológica de Minas Gerais”.³⁷

Nesses 12 textos, observamos uma expressiva mostra de documentos decisivos para a história e a realidade natural de Minas Gerais. Tal característica da *Revista* se manteve depois da morte de Xavier da Veiga. Seus sucessores imediatos, Augusto de Lima e Francisco Soares Peixoto de Moura, mantiveram a lúcida linha editorial de seu antecessor e conseguiram manter a



Retrato de Antônio Augusto de Lima, diretor do Arquivo Público Mineiro entre 1901 e 1910. Belmiro de Almeida (Serro, MG, 1858 - RJ, 1935), óleo s/ madeira, 1909, 21 x 13 cm. Coleção Luiz Octávio Augusto de Lima, SP



Francisco Soares Peixoto de Moura, diretor do Arquivo Público Mineiro entre 1910 e 1920. APM-11 - 025 (04)



Theófilo Feu de Carvalho, diretor substituto do Arquivo Público Mineiro em períodos alternados entre 1922 e 1936. Gabinete da diretoria do Arquivo Público Mineiro, novembro de 1922. APM-3- 001 (10).

RAPM circulando até 1913, apesar das dificuldades que o Arquivo enfrentou naquele período.

Segunda fase

Em 1913 encerrou-se a primeira fase da RAPM. A Revista deixará de circular em 1914, só voltando a fazê-lo em 1921, quando tem início a sua segunda fase, marcada por mudança da linha editorial e por circulação intermitente, sendo editada nos anos de 1921, 1924, 1927, 1928, 1929, 1933 e 1937. Essa segunda fase será marcada pela atuação de Mário de Lima, Theófilo Feu de Carvalho, Aurélio Pires e Arduíno Bolívar, três grandes nomes da cultura mineira.

É de autoria de Theófilo Feu de Carvalho o utilíssimo *Índice Geral da Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1896-1913, elaborado em 1914 e publicado em 1920.³⁸ Sob sua responsabilidade foram publicados os volumes da *Revista* referentes aos anos de 1921 e 1933. Historiador importante do nosso passado colonial, Feu de Carvalho notabilizou-se por seus estudos sobre a capitania de Minas Gerais, em seus primeiros anos, como é o caso de *Occorrências em Pitanguy (1713-1721)*. *História da Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro*, de 1931.³⁹

Também publicou trabalhos importantes sobre a sedição de Vila Rica de 1720.⁴⁰ Menos razoável é sua par-

ticipação na cruzada contestadora da existência do Aleijadinho, da qual foi campeão o historiador Augusto de Lima Júnior. Feu de Carvalho foi nome importante da RAPM durante muitos anos, tendo publicado nos volumes referentes aos anos de 1907, 1921 e nos fascículos II e III, referente ao ano de 1927, o *Índice Geral de Livros do Arquivo*, contendo os registros de resoluções, bandos, cartas-patentes, provisões, patentes e sesmarias para a capitania de Minas até o ano de 1717.⁴¹

Aurélio Pires foi diretor do APM e editou a sua revista nos anos de 1927, 1928 e 1929. Ex-professor do Ginásio Mineiro, da Escola de Farmácia de Ouro Preto, um dos fundadores da Escola de Medicina da UFMG, em 1911,

Aurélio Pires foi o ídolo da geração dos modernistas mineiros, tendo sido homenageado num poema extraordinário de Pedro Nava⁴². Durante sua gestão, a RAPM publicou, sobretudo, material historiográfico, sendo pequena a publicação de documentação sob guarda do Arquivo.

De fato, o grosso do material publicado pela RAPM, nos anos de 1927, 1928 e 1929, foi de ordem historiográfica, destacando-se: a) "História do Arquivo Público Mineiro", de autoria do seu diretor, Aurélio Pires;⁴³ b) "História da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte", também redigida por Aurélio Pires;⁴⁴ c) "A Idéia Republicana em Minas Gerais"⁴⁵ e "A Proclamação da República em Minas Gerais"⁴⁶, artigos escritos por Antônio Olinto dos Santos Pires, republica-



Aurélio Egídio dos Santos Pires, diretor substituto entre 1927 e 1930 na gestão Mário Franzen de Lima. APM- FJB - 011.



Arduíno Fontes Bolívar, diretor do Arquivo Público Mineiro entre 1936 a 1938. APM-11- 025 (11).

no histórico de Minas Gerais e irmão de Aurélio Pires; d) documentos referentes à fundação e funcionamento do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, fundado em 1907, do qual era sócio Aurélio Pires; e) biografia de Silva Alvarenga⁴⁷ e um artigo sobre Bernardo Guimarães na intimidade⁴⁸, de autoria de Abílio Barreto e de Carlos José dos Santos, respectivamente; f) “Notícia Histórica das origens da atual cidade de Alto Rio Doce, do Estado de Minas Gerais”⁴⁹, que transcreve discurso do Dr. Carlos Laquentinie, promotor da Justiça de Alto Rio Doce, proferido em 14 de agosto de 1927.

Em 1937, a *RAPM* foi publicada sob responsabilidade de Arduíno Bolívar, nome importante da cultura mineira. Latinista, humanista, foi professor de temas do classicismo e de sociologia aplicada à economia, na

Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No primeiro volume da *RAPM*⁵⁰, de 1937, Arduíno Bolívar apresentou um balanço abrangente da *Revista*, então com 41 anos de existência, e do próprio Arquivo, assaltado por grandes precariedades no que se refere às instalações e conservação do acervo.

No conjunto, o primeiro volume da *RAPM*, de 1937, afasta-se, inteiramente, da linha editorial estabelecida por Xavier da Veiga, ao privilegiar a publicação de artigos de historiadores, sobre temática histórica, etnológica, lingüística e política de Minas Gerais. Dos 18 artigos publicados naquele volume, 11 são de autoria de Nelson de Senna, havendo ainda artigos de Arthur Vieira de Rezende e Silva, Diogo de Vasconcelos, Theófilo Feu de Carvalho, Lúcio José dos Santos,

Salomão de Vasconcelos e Afonso dos Santos.

Há, nesse volume, uma significativa inflexão em relação à linha editorial da *Revista*, tal como estabelecida por Xavier e seguida, no geral, até 1933. O “modelo editorial de Xavier da Veiga”, assim chamado, buscou, majoritariamente, privilegiar a publicação de documentação oficial sob a guarda do Arquivo, a documentação coesa com valor historiográfico e a publicação de memórias-corografias municipais, com participação menor de biografias e artigos historiográficos.

Essas características editoriais conservaram-se, basicamente, nos volumes da *Revista* publicados sob a responsabilidade de Theófilo Feu de Carvalho, em 1921 e 1933, e Mário de Lima, em 1924. Mesmo nos volumes sob responsabilidade de Aurélio Pires, 1927, 1928 e 1929, manteve-se o básico da linha Xavier da Veiga, ainda que tenham avultado os artigos historiográficos. Com efeito, a *RAPM*, sob a direção de Arduíno Bolívar, em seu primeiro volume de 1937, abandonará aquele modelo, transformando-se, de fato, numa “revista de história”, tal como essa disciplina era praticada nos anos 1930, sob forte influxo do modelo dos institutos históricos e geográficos, o que já estará presente, em grau menor, no período sob a direção de Aurélio Pires (1927-1929).

Não é o caso de condenar, sem mais, a linha editorial imposta por Arduíno Bolívar, até porque a opção por publicar apenas material resultante de pesquisas de historiadores mineiros pode não ter sido, de fato, opção, mas imposição das dificuldades de funcionamento do Arquivo, que talvez tenham impedido a publicação de documentação sob sua guarda. Esta hipótese, que carece de comprovação, é ainda mais reforçada se se lembrar que, em 1938, a *RAPM* deixará de circular, só voltando a fazê-lo 37 anos depois, em 1975. Registre-se ainda, como aspectos importantes da *Revista* nessa segunda fase, a publicação, em 1921,



Hélio Gravatá (Paraíba do Sul, RJ, 1910 - Belo Horizonte, 1994), funcionário, pesquisador e estudioso do Arquivo Público Mineiro, autor de *Contribuições bibliográficas sobre a história de Minas Gerais*. APM-7-001.

de clichês de fotografias e, em 1937, de documentos manuscritos.

Terceira fase

A terceira fase da *Revista* (1975-1995) representou, sob vários aspectos, tanto uma retomada da linha editorial inicial quanto sua efetiva atualização à luz do desenvolvimento da atividade arquivística e da pesquisa histórica, pela revalorização das fontes e explanações abrangentes dos ricos “fundos documentais” do Arquivo.

Uma análise acurada da *RAPM*, a partir de 1975, está no artigo de Maria Efigênia Lage de Resende. Cite-se:

A partir de 1975 a *Revista do Arquivo Público*



Aspecto do interior do Arquivo Público Mineiro na gestão de Francisco de Assis Andrade (1975-1987) vendo-se em primeiro plano, à direita, o historiador Francisco Iglésias. APM-7-005(03).

Mineiro teve sua diretriz completamente alterada. A *Revista* que se orientava basicamente no sentido de publicar documentos diversificados passou a publicar materiais de referência diversos destinados a servirem de apoio e orientação à pesquisa histórica. Assim, de 1975 até o último número publicado, o de 1981, a *Revista* apresentou contribuição valiosa na área da pesquisa de apoio ao publicar bibliografias, índices de códices, índice de documentos das câmaras, catálogos, catálogo de jornais em microfilme, catálogo do material cartográfico (1705-1974), relação de documentos referentes a Minas nos arquivos portugueses, relação de governadores, prefeitos, secretários de governo, senadores, deputados federais e estaduais acompanhados dos respectivos dados cronológicos rela-

tivos a mandatos, nomeações, substituições etc.⁵¹

Entre 1938 e 1975 a *RAPM* deixou de circular.

Quando o fez, muito havia mudado no país e em Minas Gerais no que se refere à pesquisa histórica. Desde o final dos anos 1960, consolidava-se no Brasil o ensino no âmbito da pós-graduação em história e em outras áreas das ciências sociais.

No caso específico da pesquisa histórica, a obra e os exemplos, com algo de heroicidade, de um José Honório Rodrigues, de um Hélio Gravatá, na valorização das bibliografias, dos catálogos, dos índices de fontes, tornaram-se frequentes, dando conta do significativo avanço da profissionalização da comunidade dos pesquisadores de história no Brasil.

Contudo, é preciso salientar – e esse é o aspecto decisivo da questão – que a *Revista do Arquivo Público Mineiro* sempre esteve sintonizada com o sentido de modernidade, expresso tanto na valorização da publicação das fontes quanto na publicação de índices e catálogos sistemáticos dos diversos “fundos” sob guarda do Arquivo.

Desde os tempos de Xavier da Veiga, a *RAPM* deu mostras de modernidade ao privilegiar a publicação, em 1900, do *Catálogo da Biblioteca Mineira do Arquivo Público Mineiro*⁵², organizado pelo então secretário do Arquivo, contendo: I) publicações oficiais mineiras; II) publicações oficiais do extinto Império e da República interessantes para Minas Gerais; III) publicações de autores mineiros sobre assuntos mineiros; IV) publicações sobre assuntos mineiros de autores diversos; V) publicações de autores mineiros sobre assuntos diversos; VI) periódicos mineiros; VII) publicações sobre o Brasil em geral; VIII) publicações diversas. Cite-se também a *Relação Cronológica dos Concessionários de Sesmarias em Minas Gerais*, de 1710 a 1827.⁵³

Trata-se de um extraordinário catálogo, seja pela extensa documentação oficial sobre Minas Gerais, sob guarda do Arquivo, referente ao período provincial (1835-1889) e ao início do período republicano, seja pela igualmente ampla biblioteca sobre temas mineiros e brasileiros que o Arquivo detinha.

É, também, exemplo da preocupação da *Revista do Arquivo Público Mineiro* de ser um instrumento de pesquisa histórica atualizado e útil a publicação que fez, em 1902, ano VII, fascículos 1 e 2, dos Índices dos trabalhos publicados, até 1901, *Sobre Minas Gerais nas revistas nacionais*: do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Arquivo do Distrito Federal; do Arquivo do Museu Nacional; dos *Anaes da Biblioteca Nacional*; do Arquivo do Estado de São Paulo; da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.⁵⁴

O máximo dessa perspectiva “meta-histórica”, em que a publicação se volta para a sua própria história e se cataloga, e se torna, ela própria, objeto de seus cuidados, é o *Índice da Revista do Arquivo Público Mineiro, 1896-1913*, organizado por Theófilo Feu de Carvalho, e que será ampliado, complementado, em 1960, com o artigo de Lygia Nazareth Fernandes, para publicação do Arquivo Nacional.⁵⁵

Reconhecer a precoce modernidade da *Revista do Arquivo Público Mineiro* não significa desconhecer o notável avanço da publicação, a partir de 1975, como reflexo do trabalho lúcido e dedicado de vários diretores do Arquivo. Destaquem-se aqui as gestões de Francisco de Assis Andrade e de Edilane Maria de Almeida Carneiro, que o fizeram reviver seus melhores dias. A virtual ressurreição do Arquivo Público Mineiro na década de 1970 é, também, resultado da nova fase de estudos históricos em Minas Gerais, fase em que a profissionalização da pesquisa histórica significou efetiva sintonia com o mais avançado que se fazia no mundo nesse campo de estudos.

A renovação do APM encontrou, então, tanto a possibilidade de desenvolver a lição dos grandes e inesquecíveis mestres, como Francisco Iglésias e Hélio Gravatá, quanto de ver consolidar-se a presença de novos mestres da pesquisa histórica em Minas Gerais, como é o caso de Caio Boschi e outros nomes da historiografia mineira contemporânea.

Desde seu ressurgimento, em 1975, a *RAPM* vai adotar como linha editorial básica a publicação de “instrumentos de pesquisa” sob a forma de catálogos, índices, repertórios, bibliografias. Destacam-se nesse esforço as *Contribuições bibliográficas sobre a história de Minas Gerais*, organizadas por Hélio Gravatá, publicadas em vários volumes da *Revista*, entre 1975 e 1985; e o volume referente ao ano de 1977, que estampou o catálogo e o índice da documentação do APM referente à Seção Colonial, à Seção Provincial e

às câmaras municipais de Caeté, Mariana, Ouro Preto, Paracatu, Sabará, além do catálogo dos registros paroquiais. Esse volume da *RAPM*, referente ao ano de 1977, o volume de 1975, que contém os índices dos códices 15, 16, 394, 395 e 399 da Seção Colonial, e o índice do códice 13 da Seção Provincial são instrumentos inestimáveis a serviço da pesquisa histórica sobre Minas Gerais.

Além dos índices e catálogos citados aqui, registrem-se também os volumes referentes aos anos de 1983, 1990 e 1992, por trazerem “contribuições bibliográficas” sobre processos e episódios importantes da história mineira e brasileira – a Revolução de 1930, a Inconfidência Mineira, a Propaganda Republicana na imprensa mineira, a questão da escravidão – a partir do material sob guarda do Arquivo Público Mineiro.

É também dessa terceira fase da *Revista* a iniciativa de publicar “cronistas” importantes da história de Belo Horizonte, como se fez nos volumes referentes aos anos de 1982, 1984 e 1985, trazendo crônicas de Arthur Azevedo, publicadas em *O Paiz*, do Rio de Janeiro, sobre viagem do escritor a Belo Horizonte, entre 2 e 12 de novembro de 1901; as crônicas de Moacyr Andrade, publicadas com o pseudônimo de “José Clemente”, no jornal *Estado de Minas*, sobre temas da Belo Horizonte do passado; as crônicas de Carlos Drummond de Andrade sobre Belo Horizonte, assinadas por “Antônio Crispim” e “Barba Azul”, e publicadas no *Minas Gerais* entre 1930 e 1934; as crônicas de Alfredo Camarate, publicadas no *Minas Gerais* sob o pseudônimo de “Antônio Riancho”, que foram as primeiras que se publicaram sobre Belo Horizonte, ainda em construção, em 1894.

É de se destacar também, nessa terceira fase, a criação do Conselho Editorial, em 1992, composto tanto por funcionários do Arquivo quanto por especialistas de fora da Instituição.

Um balanço da terceira fase da *RAPM* (1975-1995) deve levar à conclusão de que nesse período se completou um ciclo, aquele que se caracterizou pela publicação de “instrumentos de pesquisa”, tornando o acervo do APM, de fato, apropriável por pesquisadores e pela população em geral. Também se publicou matéria de interesse dos direitos individuais, como é o caso do volume referente ao ano de 1988, o *Catálogo de Sesmarias*.

Atualidade

Encerrado aquele ciclo, em 1995, a *RAPM* pôde se abrir, como fez a partir de 2005, para uma nova fase, baseada não só em novo projeto gráfico, mas também em significativa transformação editorial, que resulta em fazer da *RAPM* uma publicação acadêmico-científica no campo dos estudos históricos, combinando as publicações de “dossiês” com base na documentação do Arquivo, os resultados de pesquisas, notícias bibliográficas e entrevistas. O editorial do volume referente ao ano XLI, julho-dezembro de 2005, registra assim a mudança editorial:

Abrem-se na nova revista as portas para a modernidade, tornando-se nela acessíveis as mais avançadas pesquisas universitárias nacionais e internacionais, tanto na área da história quanto na de arquivística e, também, notícias bibliográficas referentes aos mais recentes livros sobre o passado mineiro.⁵⁶

A nova fase da *RAPM* corresponde, de fato, à maturidade, densidade e amplitude dos estudos históricos em Minas Gerais, que conta hoje com vários e significativos grupos e instituições desenvolvendo, sistematicamente, pesquisa nesse campo do conhecimento, com grande qualidade, incluindo-se não só o que decorre da produção das universidades existentes em Minas Gerais, mas ainda o que é produzido pela Fundação João Pinheiro e

outras instituições de pesquisa.

Índice maior da espessura da pesquisa histórica em Minas Gerais tem sido, desde seu surgimento, o Arquivo Público Mineiro. Fortalecido e atualizado por direções diligentes nos últimos tempos, o APM, por meio de sua *Revista*, dá mostras, aos 110 anos de idade, de uma invulgar vitalidade, fazendo acreditar em contribuição ainda maior ao muito que já deu à pesquisa histórica e à plenitude democrática entre nós.

Nota |

1. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 87-88.
2. BURCKHARDT, Jacob. *O Renascimento italiano*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1973.
3. WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1964. v. 2, p. 1060.
4. John Locke, filósofo inglês, precursor do Iluminismo, tinha como noção de governo o consentimento dos governados diante da autoridade constituída. LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)
5. Thomas Jefferson, um dos líderes da revolução norte-americana, político e estadista, foi o terceiro presidente dos Estados Unidos da América e filósofo filiado ao espírito do Iluminismo. BECKER, Carl L. *A declaração da independência*. São Paulo: IBRASA, 1964.
6. BAUTIER, Robert-Henri. Les Archives. In: SAMARAN, Charles (Org.). *L'Histoire et ses Méthodes*: Encyclopedie de la Pléiade. Paris: NRF, 1961. p. 1125. Tradução nossa.
7. *Ibidem*, p. 1128, tradução nossa.
8. *Ibidem*, p. 1133, tradução nossa.
9. CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida; NEVES, Marta Eloisa Melgaço. Introdução. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/CEMC, 1998. p. 21.
10. *Idem*.
11. BIAS FORTES, Chrispim Jacques. *Mensagem ao Congresso Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896. p. 20.
12. BIAS FORTES, Chrispim Jacques. *Mensagem ao Congresso Mineiro*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial, 1898. p. 18.
13. BRANDÃO, Francisco Silviano de Almeida. *Mensagem ao Congresso Mineiro*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial, 1899. p. 34.

14. *Ibidem*, p. 45.

15. PIRES, Aurélio. Arquivo Público Mineiro. Histórico, organização, fins, vantagens: sede e pessoal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XXI, fascículo I, p. 10 e 11, janeiro-março de 1927.

16. BOLIVAR, Arduíno. Revista do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XXV, v. 1, p. IV, (1937) julho 1938.

17. VALADARES, Benedito *apud* BOLIVAR, *op. cit.*, p. XI.

18. LEITE, Achiles Mauro Mitraud de Castro. SEMINÁRIO BASES PARA IMPLANTAÇÃO DE UM ARQUIVO MODERNO: O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. p. 89.

19. BOLIVAR, *op.cit.*, p. IX.

20. Decreto n. 860. Cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fascículo 1, p. 193, janeiro-março de 1896.

21. Além da publicação da Revista, o APM publicou também: em 1920, o *Índice Geral da Revista do Arquivo Público Mineiro*, compreendendo os volumes publicados entre 1896 e 1913, elaborado por Theófilo Feu de Carvalho, em 1914; em 1966, o volume 1 das *Publicações do Arquivo Público Mineiro – João Pinheiro, Documentário sobre a sua Vida*, organizado por Francisco de Assis Barbosa; em 1979, o volume 1, da *História da Música nas Irmandades de Vila Rica* (Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto), de autoria de Francisco Curt Lange; em 1979, o volume 1 da *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837), de Raimundo José da Cunha Matos; em 1983, o volume 2, da *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, de Raimundo José da Cunha Matos; em 1988, o número 1 dos *Cadernos do Arquivo – Escravidão em Minas Gerais*, de autoria de Alda Maria Palhares Campolina, Cláudia Alves Melo e Mariza Guerra de Andrade; no mesmo ano foi publicado o *Guia do Arquivo Público Mineiro*.

22. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano I, fascículo 1, p. 176, janeiro-março de 1896.

23. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano I, fascículo 4, p. 785-786, outubro-dezembro de 1896.

24. FREITAS, M. A. Teixeira de. Os serviços de estatística no Estado de Minas Gerais. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo XXXVI, p. 171 e 173, 2º sem. 1932.

25. CARVALHO, Theófilo Feu de. *Índice Geral da Revista do Arquivo Público Mineiro (1896-1913)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial (1914), 1920.

26. André João Antonil (1711). Cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, fascículos 1 e 2, janeiro-junho de 1899.

27. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, conforme a correspondência deste com o governo da metrópole (1734-1737). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fascículo 4, outubro-dezembro de 1896.

28. Simão Ferreira Machado (1734). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, fascículos 3 e 4, julho-dezembro de 1901.

29. Francisco Ribeiro da Silva (1749). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, fascículo 2, abril-junho de 1901.

30. José João Teixeira Coelho (1780). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, fascículos 1 e 2, janeiro-junho de 1903.

31. D. Rodrigo José de Menezes (1780). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fascículo 2, abril-junho de 1897.

32. José Joaquim da Rocha (circa 1781). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fascículo 3, julho-setembro, 1897.

33. José Vieira Couto (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IX, fascículos 3 e 4, julho-dezembro de 1904.

34. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (circa 1805). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, fascículos 3 e 4, julho-dezembro de 1901.

35. Basílio Teixeira de Saavedra (1805). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fascículo 4, outubro-dezembro de 1897.

36. Bernardo Pereira de Vasconcelos (1828). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IX, fascículos 1 e 2, janeiro-junho de 1904.

37. Memórias de Peter Wilhelm Lund, escritas em Lagoa Santa (1837). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos 1 e 2, janeiro-dezembro de 1900.

38. CARVALHO, Theófilo Feu de. *Índice Geral da Revista do Arquivo Público Mineiro (1896-1913)*.

39. CARVALHO, Theófilo Feu de. *Occorrências em Pitanguy (1713-1721)*. (História da Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro). São Paulo: Diário Oficial, 1931.

40. CARVALHO, Theófilo Feu de. *Ementário da História de Minas*. Felipe dos Santos Freire na sedição de Villa Rica (1720). Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933.

41. CARVALHO, Theófilo Feu de. Índices dos Livros do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XII, 1907, volume único – circulou em 1908; vol. XX, 1924 volume único – circulou em 1926; ano XXI, fascículo II, abril-junho de 1927; v. XXI, fascículo III, julho-setembro de 1927.

42. NAVA, Pedro. Mestre Aurélio entre as rosas. In: BANDEIRA, Manuel. *Antologia dos poetas bissextos contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, [s.d.]. p. 177-180.

43. PIRES, Aurélio. Arquivo Público Mineiro. Histórico, organização, fins, vantagens: sede e pessoal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XXI, fascículo I, janeiro-março 1927.

44. PIRES, Aurélio. Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo I, janeiro-março de 1927; ano XXI, fascículo II, abril-junho de 1927; ano XXI, fascículo III, julho-setembro de 1927.

45. PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Idéia Republicana em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo II, janeiro-março de 1927.

46. PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Proclamação da República em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo II, abril-junho de 1927.

47. BARRETO, Abílio. Biografia de Silva Alvarenga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo I, janeiro-março de 1927.

48. SANTOS, Carlos José dos. Bernardo Guimarães na intimidade. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo II, abril-junho de 1927.

49. LAQUINTINIE, Carlos. Notícia Histórica das origens da atual cidade

de Alto Rio Doce do Estado de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo III, julho-setembro de 1927.

50. BOLIVAR. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXV, julho de 1937.

51. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. História de Minas: condições de pesquisa e produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, 2 (3-4), p. 174, set. 1982.

52. BRANDÃO, Antonio de Carvalho (Org.). Catálogo da Biblioteca Mineira do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos I e II, janeiro-junho de 1900.

53. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos 1 e 2, p. 287-466, janeiro-junho de 1900.

54. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VII, fascículos 1 e 2, p. 45-48, janeiro-junho de 1902.

55. FERNANDES, Lygia Nazareth. Índice da Revista do Arquivo Público Mineiro. In: *Instrumentos de Trabalho*. Arquivo Nacional, 3ª série. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1960.

56. SANTA ROSA, Eleonora; VENÂNCIO, Renato Pinto. Traço de continuidade. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, p. 6, julho-dezembro de 2005.

João Antonio de Paula é professor titular do Departamento de Ciências Econômicas e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG). Sua experiência acadêmica abrange as áreas da economia política e da história econômica. Publicou e organizou diversos livros, entre eles *Raízes da Modernidade em Minas Gerais* (Editora Autêntica, 2000).

QUADRO 1

Síntese da história da Revista do Arquivo Público Mineiro (1896-2006)

	Ano	Ano de circulação	Ano	Fascículos/volumes	Diretor
1ª Fase	1896	1896	I	4	José Pedro Xavier da Veiga
	1897	1897	II	4	José Pedro Xavier da Veiga
	1898	1898	III	4	José Pedro Xavier da Veiga
	1899	1899	IV	4	José Pedro Xavier da Veiga
	1900	1900	V	2	José Pedro Xavier da Veiga
	1901	1901	VI	4	Augusto de Lima
	1902	1902	VII	4	Augusto de Lima
	1903	1903	VIII	4	Augusto de Lima
	1904	1904	IX	4	Augusto de Lima
	1905	1905	X	4	Augusto de Lima
	1906	1907	XI	4	Augusto de Lima
	1907	1908	XII	1	Augusto de Lima
	1908	1909	XIII	1	Augusto de Lima
	1909	1910	XIV	1	Augusto de Lima
2ª Fase	1910	1910	XV	1	Augusto de Lima
	1911	1911	XVI	4	Francisco Soares Peixoto de Moura
	1912	1913	XVII	1	Francisco Soares Peixoto de Moura
	1913	1914	XVIII	1	Francisco Soares Peixoto de Moura
	1921	1921	XIX	1	Theófilo Feu de Carvalho
	1924	1926	XX	1	Mário de Lima
3ª Fase	1927	1927/1928	XXI	4	Aurélio Pires
	1928	1928	XXII	1	Aurélio Pires
	1929	1929	XXIII	1	Aurélio Pires
	1933	1933	XXIV	2	Theófilo Feu de Carvalho
	1937	1938	XXV	2	Arduíno Bolívar
	4ª Fase	1975	1975	XXVI	1
1976		1976	XXVII	1	Francisco de Assis Andrade
1977		1977	XXVIII	1	Francisco de Assis Andrade
1978		1978	XXIX	1	Francisco de Assis Andrade
1979		1979	XXX	1	Francisco de Assis Andrade
1980		1980	XXXI	1	Francisco de Assis Andrade
1981		1981	XXXII	1	Francisco de Assis Andrade
1982		1982	XXXIII	1	Francisco de Assis Andrade
1983		1983	XXXIV	1	Francisco de Assis Andrade
1984		1984	XXXV	1	Francisco de Assis Andrade
1985		1985	XXXVI	1	Francisco de Assis Andrade
1988		1988	XXXVII	1	Augusto Elísio Matos Chelotti
1990		1990	XXXVIII	1	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite
1992		1992	XXXIX	1	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite
4ª Fase	1995	1995	XL	1	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite
	2005	2005	XLI	1	Renato Pinto Venâncio
	2006	2006	XLII	2	Renato Pinto Venâncio